



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguatins

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO SRP N.º 90024/2024
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23233.007668/2024-25)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para Eventual **Aquisição de Animais Vivos do Campus Araguatins e demais campi do Instituto Federal do Tocantins**

Item	Descrição	Unidades	Catmat	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Alevinos de Carpa Capim (Ctenopharyngodon idella)	Cabeças		410	R\$ 23,00	R\$ 9.430,00
2	Alevinos de Dourado (Salminus maxillosus), acima de 10cm	Unidades		1300	R\$ 23,00	R\$ 29.900,00
3	Alevinos de Pintado real (Pseudoplatystoma sp.) com média de 25 a 30 cm, treinados ao consumo de ração.	Unidades		310	R\$ 23,00	R\$ 7.130,00
4	Alevinos de Pirarucu (Arapaima gigas), com média de 25 a 30 cm, treinados ao consumo de ração.	Unidades		600	R\$ 205,00	R\$ 123.000,00
5	Alevinos de Pirarucu (Arapaima gigas), com média de 25 a 30 cm, treinados ao consumo de ração. (COTA RESERVADA PARA ME E EPP)	Unidades		210	R\$ 205,00	R\$ 43.050,00
6	Alevinos de Surubim Cachara (Pseudoplatystoma reticulatum) com média de 25 a 30 cm, treinados ao consumo de ração.	Unidades		1310	R\$ 55,00	R\$ 72.050,00
7	Alevinos de Surubim Pintado (Pseudoplatystoma corruscans) com média de 25 a 30 cm, treinados ao consumo de ração.	Unidades		1410	R\$ 55,00	R\$ 77.550,00
8	Animal Vivo, da Espécie Bovina, Macho, P.O., Raça Nelore, Com idade reprodutiva entre 24 - 27 meses de idade. com Registro Definitivo(RGD);Exame Andrológico; Brucelose; Tuberculose; Programa de Melhoramento Genético de Zebuino(PMGZ)	Cabeças		8	R\$ 18.000,00	R\$ 144.000,00

	Avaliação Genética (Certificado Individual).					
9	Animal Vivo, da Espécie Bovina, Macho, P.O., Raça Nelore, Com idade reprodutiva entre 24 - 27 meses de idade. com Registro Definitivo(RGD);Exame Andrológico; Brucelose; Tuberculose; Programa de Melhoramento Genético de ZebuÍno(PMGZ) Avaliação Genética (Certificado Individual). (COTA RESERVADA PARA ME E EPP)	Cabeças		2	R\$ 18.000,00	R\$ 36.000,00
10	Casal de Caranha (Piaractus brachypomus), com idade reprodutiva, e idade média de 2 anos	Cabeças		9	R\$ 410,00	R\$ 3.690,00
11	Casal de Pacu (Piaractus mesopotamicus), com idade reprodutiva, e idade média de 2 anos	Cabeças		13	R\$ 408,00	R\$ 5.304,00
12	Casal de Tambaqui (Colossoma macropomum), com idade reprodutiva, e idade média de 2 anos	Cabeças		25	R\$ 408,00	R\$ 10.200,00
13	Fêmea ovina p.o. da raça Dorper com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças		6	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00
14	Fêmea ovina p.o. da raça Morada Nova com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças		11	R\$ 2.000,00	R\$ 22.000,00
15	Fêmea ovina p.o. da raça Santa Inês com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças		6	R\$ 2.300,00	R\$ 13.800,00
16	Macho ovino p.o. da raça Dorper com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças		6	R\$ 3.700,00	R\$ 22.200,00
	Macho ovino p.o. da raça Morada Nova com registro, com					

17	idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças		6	R\$ 3.600,00	R\$ 21.600,00
18	Macho ovino p.o. da raça Santa Inês com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças		6	R\$ 3.700,00	R\$ 22.200,00
19	Matriz suína P.O. da raça Landrace com registro, com idade entre 6 a 8 meses, com peso de 90 a 120 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças		17	R\$ 4.500,00	R\$ 76.500,00
20	Matriz suína P.O., da raça Duroc com registro, com idade entre 7 a 10 meses, com peso entre 120 á 140 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas	Cabeças		12	R\$ 4.500,00	R\$ 54.000,00
21	Matriz, suína P.O. da raça Pietrain com registro, com idade entre 7 a 10 meses, com peso entre 120 á 140 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças		10	R\$ 4.500,00	R\$ 45.000,00
22	Pintainhas de postura, tipo caipira, vacinadas, ovos multicolor, linhagem GLC ou similar.	unidades		1350	R\$ 9,00	R\$ 12.150,00
23	Pintainhas de postura, vacinadas, linhagem similar a Isa Brow ou Hissex Brow ou Hyline Brow, com idade um dia de vida, ovos vermelhos, porte médio.	unidades		2.450	R\$ 7,50	R\$ 18.375,00
24	Pintinhos de corte de um dia, vacinados, linhagem caipira, CRR-Charrua, lote misto, similar ao caipira	unidades		1200	R\$ 7,00	R\$ 8.400,00
25	Pintinhos de corte de um dia, vacinados, linhagem caipira, GLJ-galinha Carinjó, lote misto, similar ao caipira	unidades		1300	R\$ 5,50	R\$ 7.150,00
26	Pintinhos de corte de um dia, vacinados, linhagem caipira, TRC-tricolor, ou similar,	unidades		1200	R\$ 4,90	R\$ 5.880,00

	lote misto, similar ao caipira					
27	Pintinhos de corte de um dia, vacinados, linhagem Cobb, ou Ross, lotes misto. de um dia	unidades		1200	R\$ 6,50	R\$ 7.800,00
28	Reprodutor suíno P.O. Com testículos simétricos, da raça Duroc com registro, com idade entre 7 a 10 meses, com peso entre 120 á 140 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas	Cabeças		7	R\$ 7.000,00	R\$ 49.000,00
29	Reprodutor suíno P.O. Com testículos simétricos, da raça Landrace com registro, com idade entre 6 a 8 meses, com peso de 90 á 120 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças		5	R\$ 7.000,00	R\$ 35.000,00
30	Reprodutor, suíno P.O. Com testículos simétricos, da raça Pietrain com registro, com idade entre 7 a 10 meses, com peso entre 120 á 140 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças		7	R\$ 7.000,00	R\$ 49.000,00
31	Alevinos de tilápia nilótica (Oreochromis niloticus)	Milheiros		11	R\$ 1.100,00	R\$ 12.100,00
32	Alevinos de tambaqui (Colossoma macropomum)	Milheiros		11	R\$ 550,00	R\$ 6.050,00
Valor Total Estimado				R\$ 1.064.509,00		

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.4. *O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*

1.5. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.6. *O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.*

1.7. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Item	Descrição	Unidades	Campus Araguatins	Campus Colinas do Tocantins	Campus Dianópolis	Campus Palmas	Campus Paraíso do Tocantins	Campus Av Pedro Afonso	Total
1	Alevinos de Carpa Capim (Ctenopharyngodon idella)	Cabeças	300	10	0	0	0	100	410

2	Alevinos de Dourado (Salminus maxillosus), acima de 10cm	Unidades	200	0	0	1000	0	100	1300
3	Alevinos de Pintado real (Pseudoplatystoma sp.)com média de 25 a 30 cm, treinados ao consumo de ração.	Unidades	200	10	0	0	0	100	310
4	Alevinos de Pirarucu (Arapaima gigas), com média de 25 a 30 cm, treinados ao consumo de ração.	Unidades	190	10	100	200	0	100	600
5	Alevinos de Pirarucu (Arapaima gigas), com média de 25 a 30 cm, treinados ao consumo de ração. (COTA RESERVADA PARA ME E EPP)	Unidades	210	0	0	0	0	0	210
6	Alevinos de Surubim Cachara (Pseudoplatystoma reticulatum)com média de 25 a 30 cm, treinados ao consumo de ração.	Unidades	200	10	0	1000	0	100	1310
7	Alevinos de Surubim Pintado (Pseudoplatystoma corruscans)com média de 25 a 30 cm, treinados ao consumo de ração.	Unidades	200	10	100	1000	0	100	1410
8	Animal Vivo, da Espécie Bovina, Macho, P.O., Raça Nelore, Com idade reprodutiva entre 24 - 27 meses de idade. com Registro Definitivo(RGD);Exame Andrológico; Brucelose; Tuberculose; Programa de Melhoramento Genético de Zebuino(PMGZ) Avaliação Genética (Certificado Individual).	Cabeças	5	0	2	0	1	0	8
9	Animal Vivo, da Espécie Bovina, Macho, P.O., Raça Nelore, Com idade reprodutiva entre 24 - 27 meses de idade. com Registro Definitivo(RGD);Exame Andrológico; Brucelose; Tuberculose; Programa de Melhoramento Genético de Zebuino(PMGZ) Avaliação Genética (Certificado Individual). (COTA RESERVADA PARA ME E EPP)	Cabeças	0	2	0	0	0	0	2
10	Casal de Caranha (Piaractus brachypomus), com idade reprodutiva, e idade média de 2 anos	Cabeças	5	0	0	1	0	3	9
11	Casal de Pacu (Piaractus mesopotamicus), com idade reprodutiva, e	Cabeças	5	5	0	0	0	3	13

	idade média de 2 anos								
12	Casal de Tambaqui (Colossoma macropomum), com idade reprodutiva, e idade média de 2 anos	Cabeças	5	10	6	1	0	3	25
13	Fêmea ovina p.o. da raça Dorper com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças	2	0	4	0	0	0	6
14	Fêmea ovina p.o. da raça Morada Nova com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças	2	5	4	0	0	0	11
15	Fêmea ovina p.o. da raça Santa Inês com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças	2	0	4	0	0	0	6
16	Macho ovino p.o. da raça Dorper com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças	2	1	2	0	1	0	6
17	Macho ovino p.o. da raça Morada Nova com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças	2	1	2	0	1	0	6
18	Macho ovino p.o. da raça Santa Inês com registro, com idade de 12 a 24 meses. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças	2	1	2	0	1	0	6
19	Matriz suína P.O. da raça Landrace com registro, com idade entre 6 a 8 meses, com peso de 90 a 120 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças	2	0	8	0	5	2	17
	Matriz suína P.O., da raça Duroc com								

20	registro, com idade entre 7 a 10 meses, com peso entre 120 á 140 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas	Cabeças	2	0	6	0	2	2	12
21	Matriz, suína P.O. da raça Pietrain com registro, com idade entre 7 a 10 meses, com peso entre 120 á 140 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças	2	0	4	0	2	2	10
22	Pintainhas de postura, tipo caipira, vacinadas, ovos multicolor, linhagem GLC ou similar.	unidades	500	100	100	500	50	100	1350
23	Pintainhas de postura, vacinadas, linhagem similar a Isa Brow ou Hissex Brow ou Hyline Brow, com idade um dia de vida, ovos vermelhos, porte médio.	unidades	1.500	100	200	500	50	100	2.450
24	Pintinhos de corte de um dia, vacinados, linhagem caipira, CRR-Charrua, lote misto, similar ao caipira	unidades	200	100	100	500	100	200	1200
25	Pintinhos de corte de um dia, vacinados, linhagem caipira, GLJ-galinha Carinjó, lote misto, similar ao caipira	unidades	200	100	200	500	100	200	1300
26	Pintinhos de corte de um dia, vacinados, linhagem caipira, TRC-tricolor, ou similar, lote misto, similar ao caipira	unidades	200	100	100	500	100	200	1200
27	Pintinhos de corte de um dia, vacinados, linhagem Cobb, ou Ross, lotes misto. de um dia	unidades	200	100	100	500	100	200	1200
28	Reprodutor suíno P.O. Com testículos simétricos, da raça Duroc com registro, com idade entre 7 a 10 meses, com peso entre 120 á 140 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas	Cabeças	2	0	2	0	1	2	7
29	Reprodutor suíno P.O. Com testículos simétricos, da raça Landrace com registro, com idade entre 6 a 8 meses, com peso de 90 á 120 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características	Cabeças	2	0	0	0	1	2	5

	sanguíneas aqui discriminadas.								
30	Reprodutor, suíno P.O. Com testículos simétricos, da raça Pietrain com registro, com idade entre 7 a 10 meses, com peso entre 120 á 140 Kg. Os animais deverão ter certificado de comprovação das características sanguíneas aqui discriminadas.	Cabeças	2	0	2	0	1	2	7
31	Alevinos de tilápia nilótica (Oreochromis niloticus)	Milheiros	4	0	3	3	1	0	11
32	Alevinos de tambaqui (Colossoma macropomum)	Milheiros	5	0	3	3	0	0	11

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 conforme detalhamento a seguir:
- 2.3. ID PCA no PNCP: 10742006000198/2024/1
- 2.4. Data de publicação no PNCP: 31/05/2024
- 2.5. Id do item no PCA: 94
- 2.6. Classe/Grupo: 8820 - ANIMAIS VIVOS, NÃO CRIADOS PARA ALIMENTAÇÃO
- 2.7. Identificador da Futura Contratação: 158131-90004/2023

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Sustentabilidade
- 4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.2. Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústria, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades;
- 4.2. Subcontratação
- 4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. Garantia da contratação
- 4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.4. Sustentabilidade
- 4.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.4.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- 4.4.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtores sustentáveis ou de menor impacto ambiental relação aos seus similares;
- 4.4.4. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis quando aplicável tipo de produto, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 4.4.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega

5.1.1. Os produtos (tubos e conexões) devem ser entregues de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas no Setor de Almoxarifado. As demais unidades do IFTO acusaram no ato do pedido o setor de recebimento dos produtos.

5.1.2. O licitante vencedor deverá entregar as mercadorias de acordo com as necessidades de consumo da administração pública, sendo de forma parcelada, o prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho.

5.1.3. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões do Edital e de seus Anexos, o fornecedor deverá providenciar a substituição da(s) mercadorias(s), no prazo máximo estipulado para o fornecimento, contados do recebimento da notificação, sem ônus para a instituição, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

ÓRGÃO	ENDEREÇO
IFTO	Povoado Santa Tereza - Km 05, Zona Rural, Araguatins-TO CEP: 77.950-000
	Av. Bernardo Sayão, Lote 29B, Setor Santa Maria, Chácara Raio de Sol - Colinas do Tocantins-TO CEP: 77760-000
	Rodovia TO 040, KM 349, LOTE 01, Loteamento Rio Palmeira, Dianópolis - TO CEP: 77.300-000
	Quadra Ae 310 Sul, Av. NS 10, S/N - Plano Diretor Sul, Palmas - TO CEP: 77021-090
	Distrito Agroindustrial, Br 153,Km 480, s/nº, Vila Santana, CXPST 151, Paraíso do Tocantins-TO CEP Nº 77.600-000
	Rua Ceará, n.º 1441, Setor Zacarias Campelo , Pedro Afonso - TO CEP: 77.710-000

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. *prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato,

com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#))

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.12.1. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.13. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1.o prazo de validade;

7.10.2.a data da emissão;

7.10.3.os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4.o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5.o valor a pagar; e

7.10.6.eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso

o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18.O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#)

7.19.No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23.O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24.É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1.As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25.A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26.Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28.A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. Em se tratando de aquisição por Registro de Preços (SRP), o fornecimento do objeto será parcelado, conforme forem ocorrendo as necessidades da Unidade

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou**

sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.24.3.Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.24.4.Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25.Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo] de 1% do [valor total estimado da parcela pertinente].

8.26.As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27.O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.064.509,00 (um milhão e sessenta e quatro mil e quinhentos e nove reais), conforme custos unitários apostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2.A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: 26424/158131;
- II - Fonte de Recursos: 1000000000;
- III - Programa de Trabalho: 231558;
- IV - Elemento de Despesa: 339030/449052;
- V - Plano Interno: L20RGP6052N

Araguatins, 17 de setembro de 2024

Equipe responsável pela elaboração do Termo:

Maxuell Machado Pereira

Equipe de planejamento da contratação

PORTARIA AGT/REI/IFTO Nº 122/2024, DE 02 DE ABRIL DE 2024

Aprovado por:

Cláudio de Sousa Galvão

Diretor-geral do Campus Araguatins



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Sousa Galvão, Diretor-Geral**, em 04/10/2024, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maxuell Machado Pereira, Coordenador**, em 04/10/2024, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2525028** e o código CRC **FCC48B5A**.

Povoado Santa Tereza - Km 05, Zona Rural — CEP 77950-000 Araguatins/TO — (63) 3474-4800
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23233.007668/2024-25

SEI nº 2525028